DocuSign Envelope ID: FC1AB925-6D3A-44EB-909A-D40DB7F4F1AA

Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A. CNPJ/MF nº 19.082.701/0001-45

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as normas contábeis aplicadas no Brasil, referentes ao exercício social de 2022. A receita líquida atingiu R$ 19.668 em 2022 e era de R$ 13.778 em 2021. A Companhia apurou um lucro de R$ 2.973 em 2022 e um prejuízo de R$ 5.377 no ano anterior, o lucro decorre, substancialmente, do aumento na produção de energia em 2022, efeito do reconhecimento do *curtailment* no montante de R$ 786 e a atualização pelo IPCA dos contratos de comercialização de energia. Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido era R$ 47.775. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados. São Paulo, 06 de abril de 2023. A ADMINISTRAÇÃO

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	12.573	2.230
Contas a receber	7	2.106	1.937
Estoques	8	160	119
Tributos a recuperar	9	868	691
Partes relacionadas	10	2	3
Despesas antecipadas		101	2
Outras contas a receber	11	2.395	283
Total do ativo circulante		**18.205**	**5.265**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	9	129	169
Depósitos judiciais	16	61	54
Tributos diferidos	12	779	640
		969	**863**
Imobilizado	13	106.139	111.065
Total do ativo não circulante		**107.108**	**111.928**
Total do ativo		**125.313**	**117.193**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	14	447	297
Partes relacionadas	10	12.916	14.699
Tributos a pagar	15	532	398
Provisão de ressarcimento	16	23.895	18.566
Total do passivo circulante		**37.790**	**33.960**
Não circulante			
Partes relacionadas	10	35.428	43.280
Provisão de ressarcimento	16	3.540	4.625
Provisão para desmobilização	16	780	1.526
Total do passivo não circulante		**39.748**	**49.431**
Total do passivo		**77.538**	**83.391**
Patrimônio líquido	17		
Capital social		51.989	40.989
Prejuízos acumulados		(4.214)	(7.187)
Total do patrimônio líquido		**47.775**	**33.802**
Total do passivo e patrimônio líquido		**125.313**	**117.193**

Demonstração do Resultado

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de vendas	18	19.668	13.778
Custo do serviço de energia elétrica	19	(9.224)	(9.377)
Lucro bruto		**10.444**	**4.401**
Despesas gerais e administrativas	20	(1.612)	(1.304)
Outros ganhos (perdas), líquidos	20	2.050	(697)
Lucro operacional		**10.882**	**2.400**
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		491	61
Despesas financeiras		(7.626)	(7.398)
		(7.135)	**(7.337)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		**3.747**	**(4.937)**
Imposto de renda e contribuição social	22	(774)	(440)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**2.973**	**(5.377)**
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R$	17	**0,07**	**(0,15)**

Demonstração do Resultado Abrangente

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.973	(5.377)
Outros componentes do resultado abrangente		
Total do resultado abrangente	**2.973**	**(5.377)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social			
	Subscrito e integralizado	(-) a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2021	**35.989**		**(1.810)**	**34.179**
Aumento de capital (nota 17)	6.000	(1.000)		5.000
Prejuízo do exercício			(5.377)	(5.377)
Em 31 de dezembro de 2021	**41.989**	**(1.000)**	**(7.187)**	**33.802**
Lucro líquido do exercício			2.973	2.973
Aumento de capital (nota 17)	11.000			11.000
Em 31 de dezembro de 2022	**52.989**	**(1.000)**	**(4.214)**	**47.775**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	3.747	(4.937)
Ajustes de receitas e despesas		
Depreciação	5.130	4.961
Baixa de ativo imobilizado	168	697
Juros partes relacionadas	6.525	6.198
Provisão e atualização financeira de ressarcimento	4.244	8.459
Atualização financeira de provisão de desmobilização	143	123
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(169)	(161)
Estoques	(41)	(119)
Tributos a recuperar	(137)	(285)
Partes relacionadas	(1.346)	(74)
Despesas antecipadas	(99)	
Depósitos judiciais	(7)	(54)
Outras contas a receber	(2.112)	1.009
Outras contas a pagar		1
Fornecedores	150	(2.207)
Tributos a pagar	(42)	(208)
Caixa gerado nas operações	**16.154**	**13.403**
Juros pagos a partes relacionadas	(7.081)	(5.642)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(737)	(419)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**8.336**	**7.342**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(1.261)	(4.784)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(1.261)**	**(4.784)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	11.000	5.000
Partes relacionadas - pagamento de cessão de recebíveis	(7.732)	(6.162)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	**3.268**	**(1.162)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	10.343	1.396
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**2.230**	**834**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**12.573**	**2.230**

Notas explicativas

1. Informações gerais: 1.1 Contexto operacional: A Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A. ("Companhia" ou "Santa Joana XII") é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 3 de outubro de 2013 através da cisão parcial da Ventos de Santa Joana Energias Renováveis S.A.. A Companhia tem por objeto social a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de empreendimentos de energia elétrica por fonte eólica, mediante a exploração do parque eólico Santa Joana XII, com 28,9 MW de capacidade instalada, localizado no Estado do Piauí. A Companhia é controlada pela Chapada do Piauí I Holding S.A. ("Controladora") que é detentora de 100% das ações da Companhia. Em 23 de agosto de 2013, a Companhia Ventos de Santa Joana Energias Renováveis S.A., que posteriormente foi cindida, venceu o Leilão de Energia de Reserva no 05/2013, organizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), em conformidade às regras emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), expostas no edital Leilão no 05/2013 - Processo no 48500.002827/2013-76. Em 27 de agosto de 2015 a Companhia entrou em operação comercial, em cumprimento ao contrato de Energia de Reserva assinado. A Companhia possui junto à ANEEL a seguinte autorização e registro de geração:

SPE			Portaria MME	Termino das outorgas
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.			Portaria nº 119, de 24 de março de 2014	Março de 2049

Com contratos de *Power Purchase Agreement* ("PPA") com as seguintes características:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade instalada (Mw)	Energia assegurada Mwh/Ano	Inicio	Término
Ventos de Santa Joana XII	Piauí	Simões	28,90	148.044	Setembro de 2015	Agosto de 2035

1.2 Principais eventos ocorridos no exercício de 2022: (a) Integralização de capital: Em agosto de 2022 foi realizada a integralização de capital de R$ 11.000 pela controladora Chapada do Piauí I Holding S.A., conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE de 25 de agosto de 2022. **(b) Provisão de *curtailment*:** Em 31 de dezembro de 2022 foi reconhecido o montante de R$ 768 na rubrica "Provisão de ressarcimento" em contrapartida a "Receita líquida de venda", relativo à provisão do *curtailment* determinada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, tendo como base a Resolução Normativa nº 1.030/2022 que revoga a Resolução Normativa nº 923/2021 e consolida procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólio-elétricas, que passa a valer a partir da publicação da resolução supracitada em 26 de julho de 2022 cujo o período de abrangência para apuração dos valores se inicia em outubro de 2021. **1.3 Situação financeira:** O capital circulante líquido negativo apresentado no balanço em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, decorre substancialmente do passivo circulante de empréstimo – cessão de recebíveis (nota 10) e provisões de ressarcimento. A conclusão da administração com base no fluxo de caixa projetado para os próximos 12 meses é que a Companhia terá capacidade financeira para a liquidação das obrigações de curto prazo, obtendo os recursos necessários por meio de suas atividades operacionais adicionados ao saldo de caixa existente no início do período e eventuais aportes de capital ou prorrogação dos prazos das dívidas pela acionista Chapada do Piauí I Holding S.A., se necessário.

	31/12/2022	31/12/2021
Total do ativo circulante	18.205	5.265
(-) Total do passivo circulante	(37.790)	(33.960)
Capital circulante líquido	**(19.585)**	**(28.695)**

Entretanto, os eventuais aportes de capital ou prorrogação dos prazos da dívida estão condicionados a melhora da situação financeira da Controladora. A Companhia vem acompanhando a situação de cumprimento das cláusulas restritivas do contrato de financiamento de sua Controladora junto ao BNDES e notou que não foi atingido o Índice de Serviço de Cobertura da Dívida ("ICSD") de 1,20 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Foi emitida uma carta de anuência pelo BNDES em 24 de março de 2023 que incluiu algumas condições suspensivas para a respectiva validade do *waiver* no âmbito da controladora Chapada do Piauí I Holding S.A. Diante do cenário apresentado, a Administração da Controladora tomou as seguintes ações visando atender as condições expressas na carta supracitada: (i) aprovação dos acionistas para a integralização de capital no montante de R$ 91.000, com aumento de capital necessário já deliberado em Assembleia Geral Extraordinária -AGE de 17 de março de 2023; (ii) iniciou as tratativas com o banco administrador das contas de reserva dos serviços da dívida para formalizar a condição suspensiva de não executar a transferência do excedente das contas reserva para contas movimento no montante de R$ 17.900, bem como assegurar que o aporte de capital supracitado seja mantido nas respectivas contas reserva, de forma que ambos os valores sejam distribuídos nas contas de reserva do serviço da dívida do BNDES e das Debêntures na proporção da dívida de cada uma das partes. Considerando o atendimento das condições supracitadas pela Controladora para validação da dispensa do vencimento antecipado do financiamento, que possibilitará a realização de eventuais aportes de capital ou prorrogação dos prazos da dívida à Companhia; adicionado às projeções de fluxo de caixa realizadas pela Companhia para os próximos 12 meses indicam que a mesma terá condição de honrar suas obrigações no exercício de 2023, tendo em vista que o início da cobrança dos ressarcimentos está previsto para setembro de 2023 e o impacto estimado no caixa será de R$ 9.404. **1.4 Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 06 de abril de 2023. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1 Base de preparação: (a) Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. **2.1.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1ºde janeiro de 2022: **CPC 27 "Ativo Imobilizado"**: a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. **CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. **CPC 15 "Combinação de Negócios"**: substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020**: (i) CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados à melhorias no imóvel arrendado. (iii) CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) CPC 29 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. A Companhia analisou as alterações nas normas contábeis acima e não constatou impactos em suas operações e políticas contábeis. **2.1.2 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia:** As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: **CPC 50 – Contratos de seguros** - Adoção inicial. **CPC 32 – Tributos sobre o Lucro Imposto diferido** - As alterações requerem que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. **CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis** - As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. **CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro** - Esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2)** – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture, prover *guidance* para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas. A companhia está analisando as novas normas e emendas supracitadas para avaliar o possível impacto em suas operações e políticas contábeis. **2.2 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **(b) Transações e saldos:** Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía saldos em aberto de ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas da Companhia não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício. **(a) Provisão de ressarcimento sobre a receita:** No momento identificamos que as áreas sujeitas a estimativas e premissas contábeis críticas estão relacionados ao contrato de venda de energia proveniente de energia de reserva (nota 16). Suas premissas e estimativas estão coerentes com as faixas para apuração da receita, cujos limites operacionais contratuais aceitáveis estão divulgados na nota explicativa 16. **(b) Provisão de desmobilização:** Os valores da provisão de desmobilização, são contabilizados com base em estimativa do custo total de desmontagem das plantas ajustadas ao valor presente da Companhia (nota 16). **4. Gestão de risco: 4.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros praticadas no mercado, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela área financeira, seguindo as políticas da Companhia. A área financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a administração. É política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. **(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial:** A Companhia não está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras, já que não possui saldos em aberto em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 de ativos e passivos financeiros denominados em moedas estrangeiras. **(ii) Risco do fluxo de caixa ou taxa de juros praticadas no mercado:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas. Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda nacional, a Companhia atualiza os controles de exposição à taxa de juros e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía contratos de derivativos e/ ou swap de taxa de juros. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem no mínimo um rating de crédito BB- pela agência *S&P Global Ratings*, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo o mercado local. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela administração. A Companhia avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e caixa disponível de R$ 12.573(R$ 2.230 em 31 de dezembro de 2021) que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

		Vencimentos				
31 de dezembro de 2022	**Nota**	Até 12 meses (i)	13 a 24 meses (i)	25 a 60 meses (i)	Acima de 61 meses (i)	Total
Fornecedores	14	447				447
Partes relacionadas	10	12.916	6.442	9.662	19.324	48.344
Provisão de ressarcimento	16	23.895	3.190	350		27.435
31 de dezembro de 2021						
Fornecedores	14	297				297
Partes relacionadas	10	14.699	7.889	11.797	23.594	57.979
Provisão de ressarcimento	16	18.566	2.488	2.137		23.191

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da administração. A Companhia adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, provisão de ressarcimento e partes relacionadas. A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. **4.2 Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos – cessão de recebíveis (incluindo cessão de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumarizados:

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Total de empréstimo - cessão de recebíveis (partes relacionadas)	10	47.493	55.781
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(12.573)	(2.230)
Dívida líquida		**34.920**	**53.551**
Total do patrimônio líquido	17	47.775	33.802
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)		**82.695**	**87.353**
Índice de alavancagem financeira - %		**42%**	**61%**

4.3 Outros riscos considerados relevantes: (a) Risco regulatório: As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **(b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil:** Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio. **(c) Impactos do COVID-19:** A Companhia continua monitorando os efeitos do Covid-19 nos mercados em que atua, principalmente no que diz respeito às medidas restritivas adotadas por essas jurisdições. A Companhia está analisando continuamente a situação e atuando para minimizar os impactos nas operações e na situação patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar as medidas cabíveis, garantir a continuidade das operações, proteger o caixa, melhorar a liquidez e promover a saúde e segurança de todos. Observamos uma redução nas restrições em geral durante o ano de 2022, quando comparado ao final de 2021. Durante o ano de 2022 não identificamos impactos relevantes na posição financeira da Companhia, porém continuaremos a monitorar potenciais impactos futuros. **(d) Mudanças climáticas:** O parque eólico da Companhia, por essência, já é grande contribuinte para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, a Companhia não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo. Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios da Companhia, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndio, explosão, interrupção de operação e danos naturais. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso eólico que impacta na geração de energia. A Companhia monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso eólico para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura. **5. Instrumentos financeiros por categoria: Política contábil:** As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou quando recebidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros ao custo amortizado são contabilizados, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro esteja registrado com valor acima de seu valor recuperável (*impairment*) e, quando esta situação é identificada, uma provisão é reconhecida na demonstração do resultado. **(a) Classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros ao custo amortizado, conforme definição abaixo: **(i) Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros ao custo amortizado da Companhia compreendem: "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber", "Partes relacionadas" e "Outras contas a receber". **(b) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos exercícios apresentados. **(c) *Impairment* de ativos financeiros: Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	6	12.573	2.230
Contas a receber	7	2.106	1.937
Partes relacionadas	10	2	3
Outras contas a receber	11	2.395	283
Ao custo amortizado		**17.076**	**4.453**

Passivos financeiros

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Partes relacionadas	10	48.344	57.979
Fornecedores	14	447	297
Provisão de ressarcimento	16	27.435	23.191
Ao custo amortizado		**76.226**	**81.467**

As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores e outras obrigações, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros. **6. Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Recursos em banco e em caixa	1.378	1.783
Recursos em aplicações financeiras	11.195	447
	12.573	**2.230**

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022 referiam-se a CDBs atrelados à taxa DI (depósito interbancário), remunerados à uma taxa média de 100% (99% em 31 de dezembro de 2021) do CDI, com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor. **7. Contas a receber: Política contábil:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD"). A administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa) para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização. A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises a administração não julgou necessário o reconhecimento de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes, conforme estabelecido pelo CPC48 – Instrumentos Financeiros. **Composição:** Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de contas a receber é de R$ 2.106 (R$ 1.937 em 31 de dezembro de 2021). Nas referidas datas não haviam títulos vencidos no contas a receber. **8. Estoques: Política contábil:** Os estoques são compostos preponderantemente por peças de reposição e materiais de consumo utilizados na manutenção das atividades dos parques eólicos. Os estoques são reconhecidos inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente revalorizados com base no custo médio. Quando é feita a baixa de um item de estoque, seja para o uso na manutenção do parque eólico ou para reposição de peças que compõem um ativo imobilizado, o respectivo item é baixado pelo seu valor de custo médio, tendo como contrapartida a rubrica de custo de manutenção no resultado ou o ativo imobilizado. **Composição:** Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de estoques é de R$ 160 (R$ 119 em 31 de dezembro de 2021). **9. Tributos a recuperar: Política contábil:** Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da Companhia os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação. Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente por: IRRF, PIS e COFINS sobre ressarcimento.

Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
IRRF sobre aplicações financeiras	40	23
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)	794	630
ICMS a Recuperar		38
IRRF a recuper

DocuSign Envelope ID: FC1AB925-6D3A-44EB-909A-D40DB7F4F1AA

Continuação ➤

19. Custo do serviço de energia elétrica:

	31/12/2022	31/12/2021
Energia elétrica comprada para revenda	(4)	(6)
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	(881)	(782)
Custo de operação (a)	(8.339)	(8.589)
	(9.224)	**(9.377)**

(a) Custo de operação:

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(319)	(249)
Manutenções	(162)	(224)
Materiais e serviços de terceiros	(2.728)	(3.155)
Depreciações e amortizações	(5.130)	(4.961)
	(8.339)	**(8.589)**

20. Despesas gerais e administrativas e outros ganhos (perdas), líquidos:

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros	(469)	(322)
Aluguéis	(3)	
Seguros	(238)	(147)
Comunicações	(40)	(43)
Viagens	(14)	(20)
Despesas Tributárias	(8)	
Projetos sociais	(16)	(22)
Outras despesas operacionais	(96)	(138)
Outros ganhos (perdas), líquidos (i)	2.051	(697)
Despesas compartilhadas	(729)	(612)
	438	**(2.001)**

(i) A Companhia era requerente em processo arbitral. Em novembro de 2022, as partes envolvidas no referido processo arbitral celebraram acordo, mediante o qual coube a Companhia o direito a indenização a título de perdas e danos no montante total de R$ 2.219. **21. Resultado financeiro: Política contábil: Receitas (despesas) financeiras:** As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre empréstimos – cessão de recebíveis são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem preponderantemente os valores de atualizações financeiras.

Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	491	61
	491	**61**
Despesas financeiras		
Despesa financeira cessão de recebíveis (nota 10)	(6.525)	(6.198)
Atualização financeira de desmobilização	(843)	(986)
Atualização financeira de ressarcimento	(143)	(123)
Outras despesas financeiras	(115)	(91)
	(7.626)	**(7.398)**
Resultado financeiro	**(7.135)**	**(7.337)**

22. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social da Companhia são apurados com base no regime de tributação do lucro presumido. Com base neste regime, o lucro tributável corresponde a 8% da receita de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de contribuição social. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com energia	**23.916**	**21.873**
Receita de energia	23.747	21.704
Provisão de receita de energia	169	169
Provisão de ressarcimento	**(3.400)**	**(7.476)**
Provisão de ressarcimento	(3.400)	(7.476)
Receita Gerada	**20.516**	**14.397**
Receita de aplicações financeiras	487	61
Bases de cálculo		
Receita com energia		
IRPJ	2.400	1.811
Adicional IRPJ	2.160	1.558
CSLL	3.357	2.686
Provisão de ressarcimento		
IRPJ	(273)	(599)
CSLL	(408)	(897)
Cálculo dos impostos		
Receita com energia	**(878)**	**(670)**
IRPJ – 15%	(361)	(273)
IRPJ adicional – 10%	(215)	(155)
CSLL – 9%	(302)	(242)
Provisão de ressarcimento	**104**	**230**
IRPJ – 15%	41	90
IRPJ adicional – 10%	26	59
CSLL – 9%	37	81
Corrente	(878)	(670)
Diferido	104	230
Despesa IRPJ e CSLL - lucro presumido	**(774)**	**(440)**

23. Compromissos:

	Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Arrendamento de terrenos (i)	240	1.158	8.252	9.650
Contrato de manutenção GE (ii)	2.076	3.486		5.562
Contrato de transmissão (iii)	951	6.377	7.616	14.944
Comissão fee (iv)	80	322	352	754
	3.347	**11.343**	**16.220**	**30.910**

(i) Arrendamento de terrenos: Contratos firmados com os proprietários das terras onde os parques eólicos são instalados e preveem prazo de locação de até 49 anos. Os contratos arrendamentos contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a receita de geração de energia. Tais condições são específicas do setor. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de geração de energia são reconhecidos no resultado no exercício em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. **(ii) Contrato de Manutenção:** Contratos de longo prazo firmados com o fornecedor das máquinas e equipamentos de cada parque eólico para manutenção. **(iii) Contrato de transmissão:** São os contratos de longo prazo junto com as empresas de transmissão para envio da energia gerada em cada parque eólico. **(iv) Comissão de fiança:** Comissão de fiança é exigida contratualmente para garantia do pagamento da tarifa de transmissão (Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST). Essa fiança é emitida para o Operador Nacional do Sistema Elétrico com uma vigência anual e o valor garantido é a previsão do valor da tarifa de transmissão para o ano subsequente à data de emissão. O compromisso ligado à essa fiança é projetado pela duração do contrato de venda de energia por se tratar de uma obrigação inerente à operação da planta eólica. **24. Cobertura de seguros:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía cobertura de seguro patrimonial no montante de R$ 761.062, de lucros cessantes no montante de R$ 141.287 (coberturas compartilhadas com as demais empresas controladas pela Controladora Chapada do Piauí I Holding S.A). O seguro de responsabilidade civil no montante de R$ 50.000 é compartilhado com as demais empresas controladas pela Contour Global do Brasil Holding Ltda.. A Administração entende que as coberturas mencionadas acima representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. **25. Eventos subsequentes: Recebimento acordo arbitragem:** Em janeiro de 2023, a Companhia recebeu o montante de R$ 2.492 referente ao acordo de arbitragem.

Diretor: **Daniel Pastro** — Contador: **Cristiano Pavane** - CRC 1SP271178/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para as Notas 1.3 e 10 às demonstrações financeiras, que descrevem que a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R$ 19.585 mil. Essa situação e o fato da Companhia depender de eventuais aportes de capital da sua controladora Chapada do Piauí I Holding S.A., sendo que esses eventuais aportes estão condicionados à melhora da situação financeira da Controladora, que por sua vez está diretamente relacionada ao cumprimento das cláusulas suspensivas determinadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no *waiver* outorgado em 24 de março de 2023 para a mesma, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 6 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca - Contadora CRC 1SP291166/O-4

DocuSigned by:
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Data/Hora da Assinatura: 06/04/2023 21:58:17 BRT
ICP Brasil
F30028BECACE477A80F4162020591B34

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publilegal.diariodenoticias.com.br/*